

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

EVOLUÇÃO NA EVIDENCIAÇÃO DE EMPRESAS NA BM&F-BOVESPA

UBERLÂNDIA/ MG

2017

EVOLUÇÃO NA EVIDENCIAÇÃO DE EMPRESAS NA BM&F-BOVESPA

Artigo Acadêmico apresentado como requisito parcial para avaliação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, na Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientador:

**Uberlândia/MG
2017**

EVOLUÇÃO NA EVIDENCIAÇÃO DE EMPRESAS NA BM&F-BOVESPA

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis

Banca de Avaliação:

Prof.
Orientador

Prof.xxxxxxxxxx
Membro

Prof.xxxxxxxxxx
Membro

Uberlândia-MG, 15 Junho de 2017.

RESUMO

A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade pelas empresas brasileiras ajudou a transparência nas demonstrações contábeis, anseio dos investidores e outros usuários, através de notas explicativas mais claras e específicas. Este estudo contribui com a pesquisa sobre evidenciação contábil no Brasil por meio da análise das notas explicativas de empresas que já foram líderes em vários setores da economia e estão listadas na BM&F BOVESPA. Entre outras questões, indagou-se, como objetivo geral, se houve evolução na divulgação das notas explicativas e especificamente se há *compliance* na evidenciação de notas explicativas, conforme preconiza o CPC 26, nos anos de 2010 e 2016. Baseado em pesquisa nas demonstrações divulgadas, buscou-se identificar o nível de aderência às normas estabelecidas. Os resultados mostraram que as organizações atenderam à evidenciação de seus ativos e passivos, apesar de ainda existirem lacunas, o usuário das demonstrações contábeis tem hoje mais informação para a tomada de decisão.

Palavras chave: Evidenciação, Compliance, Notas Explicativas.

ABSTRACT

The adoption of international accounting standards by the Brazilian companies helped the transparency in financial statements, investors and other users, through clearer and more specific explanatory notes this study contributes to research on accounting disclosure in Brazil through the analysis of explanatory notes to companies that are already leaders in various sectors of the economy and are listed on BM&F. Among other things, inquired, as general purpose, whether there were developments in the disclosure of the notes and specifically if there is compliance in the presentation of explanatory notes, as the CPC advocates 26, in the years 2010 and 2016. Based on research in the published statements, sought to identify the level of adherence to established standards. The results showed that organizations have attended the presentation of assets and liabilities, although there are still gaps, the user of financial statements has more information to decision making.

Key words: Disclosure. Compliance. Explanatory notes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	REFERENCIAL TEORICO.....	2
	2.1 Notas Explicativas no CPC 26.....	2
	2.2 Estudos anteriores.....	4
3	ASPECTOS METODOLOGICOS.....	5
4	COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.	7
5	CONCLUSÕES.....	23
	REFERENCIAS.....	24

1 INTRODUÇÃO

A etimologia do termo evidenciar refere-se a mostrar, deixar evidente, destacar em especial, não deixar dúvidas. No universo da contabilidade este termo tem alta relevância. É através da evidenciação que os usuários da contabilidade decidem sobre determinada empresa.

A esse respeito, Iudicibus (2000) asseverou que a evidenciação é um compromisso inalienável da contabilidade. No Brasil após 1990, com a abertura da economia brasileira para os produtos importados, a contabilidade teve que se adequar à nova realidade de usuários investidores e fornecedores mais atentos aos números e informações que as empresas divulgavam, atestando saúde financeira ou não. É nesse contexto, de necessidade de informações relevantes, sistematizadas de modo uniforme que a evidenciação se torna o link de comunicação entre a empresa e a sociedade.

Segundo Oliveira, Gomes e Costa (2004), a partir da segunda metade do século vinte, muitos dos usuários da Contabilidade passaram a exigir das empresas a evidenciação de informações nas demonstrações contábeis diferentes das tradicionais, razão pela qual o tema *disclosure* (evidenciação em inglês) ganhou destaque na pauta de debates da ciência contábil.

Niyama e Gomes (1996) afirmam que *disclosure*, ou evidenciação em português, diz respeito à qualidade das informações de caráter financeiro e econômico, sobre as operações, recursos e obrigações de uma entidade, que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis.

O problema de pesquisa que será investigado nestas laudas é: em que grau as empresas da amostra, listadas na BM&F BOVESPA, têm atendido o disposto no pronunciamento contábil quanto à evidenciação das informações em notas explicativas em 2010 e em 2016? Identificar-se-á se as notas explicativas das empresas estão em *compliance*, em consonância com o CPC 26.

O termo *compliance*, designa conformidade com normas e padrões definidos por organismos reguladores internos e externos à empresa. *Comply*, em inglês, significa “agir em sintonia com as regras”, este estudo busca investigar o quão as empresas estão em *compliance* com o CPC 26.

É importante este CPC 26 ser alvo de estudo, pois as notas explicativas podem esclarecer muitas das informações que as demonstrações financeiras trazem implícitas. Por exemplo; as evidenciações sobre as incertezas e suas estimativas, que podem ser subestimadas

pelo administrador, a divulgação das informações relevantes podem ser fundamentais para a tomada de decisão do usuário e as políticas contábeis, que contribuem ampliando o entendimento acerca do método contábil utilizado; essas informações só se encontram nas Notas Explicativas. Este estudo ainda é importante por sua contribuição para o debate sobre evidenciação, pois avalia dois momentos distintos, 2010 e 2016, como as empresas iniciaram o processo de evidenciação de notas explicativas à luz das IFRS, e como é hoje; houve evolução positiva? Também por trazer a lume estas informações em paralelo com a posição atual de empresas com os mais baixos valores de mercado, questões estas que justificam a confecção deste estudo.

O objetivo geral deste trabalho é identificar se houve avanços qualitativos na evidenciação das notas explicativas das demonstrações contábeis das empresas da amostra listadas na BM&F BOVESPA em 2010 e em 2016.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A referência teórica que embasa este trabalho tem início na legislação contábil brasileira. Conforme a Lei 6404/76 no seu artigo 176:

As demonstrações serão complementadas por Notas Explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício" e o parágrafo 5º deste artigo menciona, sem esgotar o assunto, as bases gerais e as normas a serem incluídas nas demonstrações financeiras.

Com o advento das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, as notas explicativas passaram a ter maior importância para o conjunto de demonstrações contábeis, devido à convergência das normas brasileiras de contabilidade para os padrões internacionais do IFRS, direcionada pela contabilidade societária.

As notas explicativas se constituem na mais conhecida e comentada forma de evidenciação. Elas buscam evidenciar algo que, se colocado no corpo do demonstrativo, não trariam vantagem ou poderiam dificultar sua compreensão (IUDÍCIBUS, 2004).

2.1 Notas Explicativas no CPC 26

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou o Pronunciamento Técnico CPC 26 com o objetivo de definir as bases para apresentação das Demonstrações Contábeis, estabelecendo requisitos gerais e requisitos mínimos para seu conteúdo. Ainda define as notas explicativas como as que contêm informação adicional em relação à apresentada nas

demonstrações contábeis. As notas explicativas oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens divulgados nessas demonstrações e informação acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.

Em sua estrutura as notas explicativas devem apresentar informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e das políticas contábeis utilizadas, divulgar a informação requerida pelos Pronunciamentos, que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, assim como prover informação adicional que seja relevante para sua compreensão.

As notas explicativas são normalmente apresentadas pela ordem a seguir, no sentido de auxiliar os usuários a compreender as demonstrações contábeis e a compará-las com demonstrações contábeis de outras entidades:

- (a) declaração de conformidade com os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis;
- (b) resumo das políticas contábeis significativas aplicadas;
- (c) informação de suporte de itens apresentados nas demonstrações contábeis pela ordem em que cada demonstração e cada rubrica sejam apresentadas; e
- (d) outras divulgações, incluindo:
 - (i) passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos; e
 - (ii) divulgações não financeiras, por exemplo, os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade.

Sobre a divulgação no resumo de políticas contábeis a entidade deve apontar a base (ou bases) de mensuração utilizada na elaboração das demonstrações contábeis (por exemplo, custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável); e outras políticas contábeis utilizadas que sejam relevantes.

O CPC 26 preconiza, a respeito das fontes de incertezas que: A entidade deve divulgar nas notas explicativas informação acerca dos principais pressupostos relativos ao futuro, e outras fontes principais da incerteza das estimativas à data do balanço, que tenham risco significativo de provocar modificação material nos valores contábeis de ativos e passivos durante o próximo. Com respeito a esses ativos e passivos, as notas explicativas devem incluir detalhes informativos acerca: da sua natureza; e do seu valor contábil à data do balanço.

O próximo tópico a ser abordado por este pronunciamento é sobre a Gestão do Capital. As entidades devem divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar seus objetivos, políticas e processos de gestão de capital a entidade deve divulgar as seguintes informações:

- (a) informações qualitativas sobre os seus objetivos, políticas e processos de gestão do capital, incluindo, sem a elas se limitar, as seguintes:
 - (i) descrição dos elementos abrangidos pela gestão do capital;

- (ii) caso a entidade esteja sujeita a requisitos de capital impostos externamente, a natureza desses requisitos e a forma como são integrados na gestão de capital; e
- (iii) como está cumprindo os seus objetivos em matéria de gestão de capital;

No caso de instrumentos financeiros com opção de venda (*puttable*) classificados como instrumentos patrimoniais, a entidade deve divulgar (na extensão em que não tiver divulgado em outro lugar nas demonstrações contábeis):

- (a) dados quantitativos resumidos sobre os valores classificados no patrimônio líquido;
- (b) seus objetivos, políticas e os processos de gerenciamento de sua obrigação de recompra ou resgate dos instrumentos quando requerido a fazer pelos seus detentores desses instrumentos, incluindo quaisquer alterações em relação a período anterior;
- (c) o fluxo de caixa de saída esperado na recompra ou no resgate dessa classe de instrumentos financeiros; e
- (d) informação sobre como esse fluxo de caixa foi determinado.

Encerrando, o CPC 26 sugere o tópico Outras Divulgações onde a entidade deve evidenciar nas notas explicativas: a) o montante de dividendos propostos ou declarados antes da data em que as demonstrações contábeis foram autorizadas para serem emitidas e não reconhecido como uma distribuição aos proprietários durante o período abrangido pelas demonstrações contábeis, bem como o respectivo valor por ação ou equivalente; b) a quantia de qualquer dividendo preferencial cumulativo não reconhecido.

2.2 Estudos Anteriores

As análises de Ponte et al. (2006) buscaram as mudanças na evidenciação de informações obrigatórias, não obrigatórias e avançadas praticada pelas sociedades anônimas no Brasil. Foram analisadas as demonstrações contábeis de 95 empresas com exercício encerrado em 2002, e 119 com exercício encerrado em 2005 e revelaram que entre 2002 e 2005 não houve aumento no nível de evidenciação das companhias pesquisadas a pesquisa revela que apesar da pressão da sociedade por maior transparência nos negócios, não se verifica uma melhoria nas práticas de *disclosure* das companhias brasileiras, quando comparados os anos 2002 e 2005.

Yamamoto e Malacrida (2005) concluíram que as empresas que evidenciam em melhor nível, têm menor volatilidade no valor das ações. No artigo de Fonteles et al. (2014) investigou-se o que determina a evidenciação de provisões e contingências; a conclusão nas palavras do autor foi, entre outras : A presente pesquisa indica baixo grau de cumprimento das

orientações de divulgação do CPC 25 – na média, as empresas da amostra evidenciaram apenas 32% dos itens requeridos no normativo.

No trabalho desenvolvido por Lucena et al (2009), os bancos foram alvo de pesquisas em torno do tema evidenciação de *Impairment*, e o resultado negativo, a não evidenciação de ativos por *impairment*, é bem parecido com o que Costa Junior (2003) encontrou quando percebeu que os instrumentos financeiros não são apresentados aos investidores como as normas estimulam, neste estudo, Costa Junior levantou o quadro da época para a evidenciação de instrumentos financeiros por parte das companhias abertas no Brasil, através de suas demonstrações contábeis. As conclusões da pesquisa mostraram que as 215 companhias abertas brasileiras não prestam informações mínimas requeridas pela Instrução CVM nº 235/95, instrutora da divulgação de riscos quanti e qualitativos de riscos, além da divulgação de *fair value* ou valor justo aplicado a ativos tangíveis.

Souza, Borba e Zandonai (2009) na intenção de saber se as companhias de capital aberto que reconheceram perda no valor recuperável de ativos em 2008 seguiram as normas de divulgação contidas no pronunciamento técnico CPC-01, tiveram o seguinte resultado comuns aos estudos citados acima, a revelou que nenhuma das companhias observadas apresentou todas as exigências requeridas pelo CPC-01, no que concerne à divulgação da perda no valor recuperável de ativos, porém, após 2010, ano de início da adoção das Normas Internacionais a pesquisa de Maia, Formigoni e Silva (2012) indicou que empresas auditadas pelas quatro maiores empresas de auditoria do mercado, as Big Four, disponibilizam informações em melhor nível. No que diz respeito aos intangíveis, Dias de Moura e Varela (2014) encontraram sobre as S/As que têm mais ativos intangíveis evidenciam mais, em torno de 70%.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho de pesquisa busca descrever a divulgação contábil em notas explicativas, em dois períodos, e buscará respostas para a frequência deste fenômeno ao longo do tempo. A presente pesquisa é classificada como descritiva segundo Cervo (2002, p.66).

“A pesquisa descritiva procura evidenciar com, a frequência de um fenômeno, sua relação com outros, sua natureza e características”. (CERVO, 2002, p. 66). O pesquisador utiliza técnicas de observação, registro, análise e correlação de fatos sem manipulá-lo.

O objetivo desta pesquisa é descrever as possíveis variações nos níveis de evidenciação das empresas listadas na BM&F BOVESPA, buscando conferir se, o que é normatizado nos CPCs está sendo seguido.

A amostra retirada da população de empresas listadas na BM&F-BOVESPA será não probabilística, pois segundo Martins:

Métodos de amostragens não probabilísticos são amostragens em que há uma escolha deliberada dos elementos da amostra. “Não é possível generalizar os resultados das pesquisas para a população, pois as amostras não probabilísticas não garantem a representatividade da população.” (MARTINS, 2000, p.40)

Justifica-se a amostra intencional e não probabilística pela inexistência de trabalhos de pesquisa com as empresas que perderam valor de mercado; aliada a esta justificativa é possível entrever discreta correlação entre estar entre as ultimas no ranking e evidenciação. Pois segundo Iudicibus:

“o valor de uma empresa como um todo é estimado pelo mercado e pelo investidor, pela expectativa que ele traça sobre as taxas de juros presentes e futuras, pelo risco do empreendimento, pelo horizonte do empreendimento e por outras variáveis, algumas de julgamento muito subjetivo, que cabe à Contabilidade ajudar a delinear por meio de uma informação fidedigna do passado e do presente e de uma evidenciação de fluxos futuros potenciais e relevantes (por exemplo, fluxo de caixa futuro)”. (IUDICIBUS, 2004, p.74)

A seleção das empresas foi efetuada por valor de mercado conforme lista de empresas.

Selecionou-se as 10 empresas com menor valor de mercado em maio de 2017 listadas na BM&F-BOVESPA, informações estas coletadas no site da BM&F-BOVESPA .

As empresas são: Mahle Metal Leve (Autopeças), Eletropaulo (Concessionaria de Energia), Minerva (Alimentos Carnes), Iochpe Maxiom (Automotivo, Ferroviario), Tupy (Metalurgia), Marcopolo(Carrocerias Onibus), Qgep Part (Sociedade em Petroleo e Gás), Valid (Impressão Documentos Segurança), Random Part. (Implementos Rodoviaros) e Gafisa (Construção Civil).

O período a ser examinado será os anos de 2010 e 2016, pois são respectivamente o ano de inicio da obrigatoriedade de aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade, e 2016 o ano mais atual para que se compare a evolução nas Notas Explicativas das referidas empresas, considerando o intervalo como momento de mudanças sociais, como a difusão do conhecimento levado aos investidores e a necessidade destes por mais transparência; mudanças políticas como a legislação contábil vigente; e mudanças econômicas pelo qual o Brasil passou e está passando, como por exemplo a escassez de capital e a alta taxa de juros .

Os índices de evidenciação serão calculados após tabulação de respostas obtidas entre inquirições efetuadas nas análises dos quesitos em questão, nas notas explicativas. O atendimento ou não aos requisitos investigados , serão tabulados e contados, para cada

empresa examinada. O rol de respostas será alvo de análise de frequência , a seguir serão transpostos para gráficos para melhor entendimento dos resultados.

A presente pesquisa não tem a pretensão de cobrir o universo de empresas que divulgam suas demonstrações contábeis, este estudo é limitado a algumas empresas do cenário nacional. O objetivo é abordar segmentos do CPC 26 e não todo o pronunciamento, a amostra por ser não probabilística é limitadora deste estudo.

4 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Ao examinarem artigos ligados à contabilidade verifica-se que as evidenciações das notas explicativas brasileiras têm sido motivo de pesquisas acadêmicas há vários anos. Este estudo pergunta se as empresas com menor valor de mercado na BM&F BOVESPA divulgam o que preconiza o Comitê de Pronunciamentos Contábeis. No Ranking de valor de mercado da BM&FBOVESPA coletado em maio de 2017, constam 94 empresas das quais se retirou a amostra intencional não probabilística de dez empresas com menor valor de mercado.

Tabela 1: Empresas Pesquisadas

		VALOR MERCADO
		em MIL R\$
1	METAL LEVE (NM)	2.593.114,79
2	ELETROPAULO (N2)	2.525.777,07
3	MINERVA (NM)	2.321.588,62
4	IOCHP-MAXION (NM)	2.314.516,30
5	TUPY (NM)	2.198.706,88
6	MARCOPOLO (N2)	2.117.982,70
7	QGEP PART (NM)	1.690.531,92
8	VALID (NM)	1.453.637,50
9	RANDON PART (N1)	1.446.877,55
10	GAFISA (NM)	510.050,55

O CPC 26, no item 112 estimula a divulgação de notas explicativas com o seguinte enunciado:

As notas explicativas devem:

(a) apresentar informação acerca da base para a elaboração das

demonstrações contábeis e das políticas contábeis específicas utilizadas, de acordo com os itens 117 a 124 deste CPC.

(b) divulgar a informação requerida pelos Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações do CPC que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis; e

(c) prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, mas que seja relevante para sua compreensão.

O CPC 26 – item 117 – Divulgação de Políticas Contábeis, sugere que a entidade deve divulgar no resumo de políticas contábeis significativas:

(a) a base (ou bases) de mensuração utilizada(s) na elaboração das demonstrações contábeis; e

(b) outras políticas contábeis utilizadas que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações contábeis.

Quadro 1: Divulgações sobre a base de mensuração e outras políticas contábeis

Empresa	2010	2016
METAL LEVE	As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo. • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. • Ativos oriundos de aquisição a valor justo.	As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de imobilizado na data de abertura do exercício de 2009, no caso de ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.
ELETROPAULO	Não divulgou base de mensuração	Não divulgou base de mensuração
MINERVA	As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, para o caso das demonstrações financeiras consolidadas, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas, em função da avaliação dos investimentos em controladas, e controladas em conjunto (<i>joint ventures</i>) pelo método de equivalência patrimonial, nas práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto para fins de IFRS são avaliados pelo “custo” ou “valor justo”.	As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.
IOCHP-MAXION	As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços	As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e

	patrimoniais: • os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; • os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • ativo imobilizado onde foi adotado o custo atribuído.	ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.
TUPY	As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.	As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
MARCOPOLO	As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.	As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: ☐ os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; ☐ os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; ☐ os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo; ☐ os passivos para transações de pagamento baseado em ações liquidadas em dinheiro são mensurados pelo valor justo; ☐ o ativo e ou passivo líquido de benefício é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido.
QGEP PART	As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.	As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
VALID	As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram	As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram

	elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.	preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota explicativa nº 25) e dos valores justos alocados nas combinações de negócio ocorridas (nota explicativa nº 10).
RANDON PART	Não divulgou Base de mensuração em 2010	As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados por seu valor justo.
GAFISA	Não divulgou Base de mensuração em 2010	Não divulgou Base de mensuração em 2016

Em 2010, início da obrigatoriedade de adoção dos Pronunciamentos Contábeis, verificou-se que 70 % das empresas, divulgaram em suas Notas Explicativas, as bases de mensuração e outras políticas contábeis utilizadas nas demonstrações contábeis, solicitadas no CPC 26.

Em 2016 a divulgação da base de mensuração atingiu 80% e uma empresa divulgou “políticas contábeis específicas desta companhia” como sinal de maior transparência nas demonstrações financeiras ao usuário. Percebeu-se também mais objetividade nas divulgações em 2016, apesar da mínima diferenciação entre as notas.

Quadro 2: Divulgações sobre informação adicional

Empresa	2010	2016
METAL LEVE	A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, nos termos do	A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e

	Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras individuais conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas e como informação adicional para as IFRS.	consolidadas, nos termos do Pronunciamento Técnico NBC TG 09 (CPC 09) – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras individuais conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representa informação financeira adicional.
ELETROPAULO	Não divulgou informação adicional	Não divulgou informação adicional
MINERVA	Não divulgou informação adicional	A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela Legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.
IOCHP-MAXION	A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.	Não divulgou informação adicional
TUPY	Não divulgou informação adicional	A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis
MARCOPOLO	Informação adicional O segmento de negócio industrial opera em regiões geográficas especificadas abaixo. O segmento de negócio financeiro opera exclusivamente no Brasil.	Informação adicional O segmento de negócio industrial opera em regiões geográficas especificadas abaixo. O segmento de negócio financeiro opera exclusivamente no Brasil.
QGEP PART	Essa demonstração tem por finalidade	Essa demonstração tem por finalidade

	evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pelo Grupo, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.	evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs
VALID	Não divulgou informação adicional	Não divulgou informação adicional
RANDON PART	Não divulgou informação adicional	As demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS.
GAFISA	Não divulgou informação adicional	A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas e foi elaborada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Em relação à informação adicional, se percebeu pela análise que somente uma empresa divulgou claramente informação adicional em 2010, a Marcopolo, como informação adicional e relevante divulgou que o negócio industrial atua em vários países e o negócio financeiro opera somente no Brasil. Três empresas defendem que a divulgação da DVA é informação adicional para as IFRS, porém obrigatória para a contabilidade brasileira e quatro empresas não divulgaram informação adicional em 2010.

Em relação a 2016 o comportamento foi o seguinte: Considerou-se que 60% da amostra, 6 empresas apontaram a divulgação da DVA para justificar o atendimento às IFRS, três empresas, a IOCHPE-MAXION, a VALID e a QGEP Participações criaram o tópico”

Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa”, com a evidenciação de transações que não envolvem caixa. Foi identificada discreta evolução na qualidade das demonstrações.

O CPC 26 – Item 125 - Fontes de Incertezas, diz: A entidade deve divulgar nas notas explicativas informação acerca dos principais pressupostos relativos ao futuro, e outras fontes principais da incerteza das estimativas à data do balanço, que tenham risco significativo de provocar modificação material nos valores contábeis de ativos e passivos durante o próximo. Com respeito a esses ativos e passivos, as notas explicativas devem incluir detalhes informativos acerca: a) da sua natureza; e b) do seu valor contábil à data do balanço.

Quadro 3: Divulgações sobre fontes de incertezas

Empresa	2010	2016
METAL LEVE	A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua[...]sendo que as principais fontes de incertezas e estimativas são:	As informações sobre incertezas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: ☐ Nota nº 16 - provisão para perdas por redução ao valor recuperável do intangível - <i>impairment</i> ; ☐ Nota nº 23 - provisão para contingências; ☐ Nota nº 26 – receita operacional líquida (reconhecimento da receita).
ELETROPAULO	Não houve divulgação de fontes de incertezas em 2010	Não houve divulgação de fontes de incertezas em 2016
MINERVA	As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: · Nota 8 - provisão para créditos de liquidação duvidosa; · Nota 15 – definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado e sua recuperabilidade; · Nota 12 e 20 – imposto de renda diferido; · Nota 22 – provisões e contingências; · Nota 30 – valorização de instrumentos financeiros e derivativos	A preparação das demonstrações contábeis[...]exigem que a Administração faça julgamentos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua.
IOCHP-MAXION	Não houve divulgação de fontes de incertezas em 2010	Não houve divulgação de fontes de incertezas em 2016
TUPY	A preparação das demonstrações financeiras[.....], requerem que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas	As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas

	contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua[...]As informações estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 09 – Impostos diferidos Nota explicativa 18 – Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários; Nota Explicativa 28 – Instrumentos Financeiros.	continuamente. A seguir são apresentados os principais julgamentos:
MARCOPOLO	As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.	As informações sobre julgamentos [...] e incertezas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: ☐ Nota explicativa 2.2 (a, ii) – Controladas; ☐ Nota explicativa 2.2 (a, iv) – Investimentos em empresas com negócios em conjunto (<i>Joint venture – Joint operation</i>); ☐ Nota explicativa 3 – Combinação de negócios – aquisição de controlada; ☐ Nota explicativa 9 – Provisão para créditos de liquidação duvidosa; ☐ Nota explicativa 15 (c) – Teste de ágio para verificação de <i>impairment</i> ; ☐ Nota explicativa 18 – Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários; ☐ Nota explicativa 20 – Impostos diferidos.
QGEP PART	As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.	As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social e a avaliação e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os seus efeitos contábeis às novas estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.
VALID	As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de	Na aplicação das políticas contábeis da Companhias e suas investidas, descritas na nota explicativa nº 2, a Administração

	incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.	da Companhia exerce julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes, se baseando na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os efeitos decorrentes dessas revisões reconhecidos de forma prospectiva. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:
RANDON PART	As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:	As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: □ Nota explicativa 12 - Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários □ Nota explicativa 28 - Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:
GAFISA	As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:	Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos, transações com pagamentos baseados em ações, provisão para demandas judiciais, valor justo de instrumentos financeiros, mensuração do custo orçado de empreendimentos, impostos diferidos ativos, dentre outros.

Integralizando os resultados constatou-se que 80% as empresas divulgaram suas fontes de incertezas; verifica-se evolução positiva na quantidade da informação divulgada comparando-se os dois anos em estudo, há muito mais texto em 2016.

O CPC 26 – Item 134 – Capital – sugere que as entidades devem divulgar

informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem seus objetivos, políticas e processos de gestão de capital. Já o item 135 reforça que: A fim de dar cumprimento ao disposto no item 134, a entidade deve divulgar as seguintes informações:

Informações qualitativas sobre os seus objetivos, políticas e processos de gestão do capital,
Dados quantitativos sintéticos sobre os elementos incluídos na gestão do capital.

Quadro 4: Divulgações Gestão de Capital

Empresa	2010	2016
METAL LEVE	A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de proteger a sua capacidade operacional, mantendo uma estrutura de capital que possa oferecer o maior retorno possível aos seus acionistas, no entanto sem que isto a onere. A Companhia monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total. Informações pertinentes aos riscos inerentes à operação [...] estão descritos na nota explicativa nº 26.	O Grupo gerencia seu capital com o objetivo de proteger a sua capacidade operacional, mantendo uma estrutura de capital que possa oferecer o maior retorno possível aos seus acionistas, no entanto sem que isto a onere. O Grupo monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira, conforme demonstrado no quadro abaixo:
ELETROPAULO	Não houve divulgação em 2010	A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.
MINERVA	Não houve divulgação em 2010	Não houve divulgação em 2016
IOCHP-MAXION	A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital,[...] A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos	A política da Administração é manter uma sólida base de capital para obter a confiança do investidor, credor e mercado, bem como o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre o capital,[...]

	com níveis mais adequados de empréstimos. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do WACC – Custo Médio Ponderado de Capital	A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis[...]. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do “Weighted Average Cost of Capital - WACC” (Custo Médio Ponderado de Capital).
TUPY	Não houve divulgação em 2010	Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital, são de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas. A Administração da Companhia acompanha a relação entre capital próprio (patrimônio líquido) e capital de terceiros que a Companhia utiliza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio do capital, a Companhia monitora o cumprimento de índices financeiros em contratos de financiamentos e empréstimos.
MARCOPOLO	O objetivo da Companhia ao gerenciar capital é de resguardar a habilidade de sua continuidade operacional, para garantir retorno aos controladores e benefícios para demais acionistas, [...]. Para acompanhamento do desempenho foi adotada, a partir de 2001, a metodologia denominada Gestão de Valor Agregado (GVA),[...].Concomitantemente, a Marcopolo adotou os conceitos do BSC (Balanced Score Card) que traduz a estratégia de cada unidade em objetivos, direcionadores, metas e planos de ação, os quais são monitorados e gerenciados com frequência. As ferramentas relacionados aos objetivos são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida líquida/EBITDA e Relação Dívida/Patrimônio Líquido. Nos últimos anos, esses indicadores chave foram: WACC entre 8% - 12% a.a. Dívida Líquida/EBITDA entre 1,50x e 2,50x Relação Dívida/Patrimônio Líquido entre 25%-75%	O objetivo da Companhia ao gerenciar capital é de resguardar a habilidade de sua continuidade operacional, para garantir retorno aos acionistas[...], Para acompanhamento do desempenho foi adotada, a partir de 2001, a metodologia denominada Gestão de Valor Agregado (GVA),[...]. Concomitantemente, a Marcopolo adotou os conceitos do BSC (<i>Balanced Score Card</i>) que traduz a estratégia de cada unidade em objetivos, direcionadores, metas e planos de ação, os quais são monitorados e gerenciados com frequência. As ferramentas relacionadas aos objetivos são: WACC (<i>Weighted Average Cost Of Capital</i>), Dívida líquida/EBITDA (<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>) e Relação Dívida/Patrimônio Líquido. Nos últimos anos, esses indicadores chave foram: WACC - entre 8% e 12% a.a. Dívida Líquida/EBITDA - entre

		1,50x e 2,50x Relação Dívida/Patrimônio Líquido - entre 25% e 80%
QGEP PART	Não houve divulgação em 2010	Não houve divulgação em 2016
VALID	Não houve divulgação em 2010	Não houve divulgação em 2016
RANDON PART	Risco de estrutura de capital O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. [...]Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações de liquidez não imediata, como demonstrado abaixo.	Risco de estrutura de capital O objetivo principal da Administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. [...] Não houve alterações quanto a objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e os financiamentos com rendimento, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações de liquidez não imediata, como demonstrado abaixo.
GAFISA	Gestão do capital social O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. [...]A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com investidores menos disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras caucionadas):	Gestão do capital social O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais.[...] . Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, debêntures, obrigações com cessões de créditos e obrigações com investidores menos disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários):

As empresas pesquisadas neste trabalho divulgaram sua gestão de capital da seguinte maneira no ano de 2010: 50% das empresas divulgaram de forma tímida, com texto curto, a

abordagem da gestão de capital; identificou-se em algumas companhias, discreta tendência a evidenciar no tópico Instrumentos Financeiros e Gestão do Risco Financeiro.

No ano de 2016, quatro empresas que divulgaram gestão de capital em 2010 repetiram o texto, acresce que outras três companhias divulgaram em texto e quadro com valores, ou seja, elevaram a qualidade da demonstração, 70% de empresas evidenciaram gestão de capital.

O CPC 26 – Item 136A - Instrumentos financeiros com opção de venda classificados no patrimônio líquido, instrui para que no caso de instrumentos financeiros com opção de venda (*puttable*) classificados como instrumentos patrimoniais, a entidade deve divulgar (na extensão em que não tiver divulgado em outro lugar nas demonstrações contábeis): a) dados quantitativos resumidos sobre os valores classificados no patrimônio líquido; b) seus objetivos, políticas e os processos de gerenciamento de sua obrigação de recompra ou resgate dos instrumentos quando requerido a fazer pelos seus detentores desses instrumentos, incluindo quaisquer alterações em relação a período anterior; c) o fluxo de caixa de saída esperado na recompra ou no resgate dessa classe de instrumentos financeiros; e d) informação sobre como esse fluxo de caixa foi determinado.

Quadro 5: O que foi divulgado sobre instrumentos financeiros com opção de venda

Empresa	2010	2016
METAL LEVE	Não houve divulgação	Não houve divulgação
ELETROPAULO	Não houve divulgação	Não houve divulgação
MINERVA	Não houve divulgação	Não houve divulgação
IOCHP-MAXION	Não houve divulgação	Não houve divulgação
TUPY	Não houve divulgação	Não houve divulgação
MARCOPOLO	Não houve divulgação	Não houve divulgação
QGEP PART	Não houve divulgação	Não houve divulgação
VALID	Não houve divulgação	Não houve divulgação
RANDON PART	Não houve divulgação	Não houve divulgação
GAFISA	Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidencia objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço. Após mensuração inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são	Não houve divulgação

	mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes, quando aplicável; com exceção das perdas por redução ao valor recuperável dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.	
--	---	--

Somente a construtora GAFISA divulgou, em 2010, sua política contábil para instrumentos financeiros com opção de venda. Ademais, não se encontrou o item Instrumentos Financeiros para Venda nas notas explicativas das empresas investigadas em 2010 e em 2016. O mais próximo que se verifica são pagamentos baseados em ações, item que foge ao escopo deste estudo.

CONCLUSÕES

Os quatro quadros acima explicitam o que foi divulgado pelas empresas. Considerando que o objetivo deste estudo buscou a evolução no grau de evidenciação das empresas, em consonância com o CPC 26, em cada ano pesquisado, a análise apontou que 70% da amostra divulgaram suas bases de mensuração para confecção das demonstrações financeiras e outras políticas contábeis em 2010. O texto das notas explicativas mostrou-se semelhante em todas companhias investigadas, tendo como base de mensuração o custo histórico para a maioria das demonstrações financeiras, ou valor justo para os instrumentos financeiros; em 2016 as empresas repetiram pro forma, modernizando minimamente a informação, embora somente uma empresa informasse que havia políticas contábeis específicas.

Os resultados colhidos apontam que publicar informação adicional relevante em título exclusivo nas demonstrações contábeis em 2010 não era regra para as empresas da amostra, em 2010 houve evidenciações acerca de despesas que não afetam o caixa, três empresas, de um universo de dez, assim procederam. A ausência de informações adicionais relevantes contribui para a desvantagem competitiva, na visão do usuário e/ou do investidor quando em comparação com empresas que divulgam tais informações.

O tópico ‘fontes de incertezas’ foi atendido pela maioria das empresas, 80%, delas

empresas nos dois anos em questão; a análise identificou evolução positiva em 2016, a maioria das empresas, optou por evidenciar o número das notas explicativas onde constavam fontes de incertezas, facilitando assim a busca pelo próprio usuário, gerando mais informação relevante as fontes de incertezas divulgadas referiram-se principalmente às contingências jurídicas em andamento, tais como questões cíveis e trabalhistas assim como pendências tributárias com o Fisco e avaliações de ativos financeiros, visualizou-se mais informação no ano mais recente da pesquisa.

A divulgação da gestão de capital, ponto sensível da evidenciação contábil, e seus processos, hoje são seguidos pela maioria das empresas da amostra, em 2010 metade das empresas divulgaram timidamente a gestão do capital. Entretanto em 2016 houve mais aderência, no tocante à quantidade e qualidade de informação, das empresas em expor sua gestão de capital a investidores e credores. É legítimo inferir empiricamente a ação da pressão do mercado e quiçá dos usuários por mais informação financeira nas notas explicativas.

As dez empresas da amostra não divulgaram, em 2016, instrumentos financeiros com opção de venda, é possível que este item não faça parte do portfólio das empresas pesquisadas, porque em 2010, nove das dez empresas também não evidenciaram estes instrumentos financeiros com opção de venda.

Uma empresa, a Eletropaulo não divulgou base de mensuração, fonte de incerteza, informação adicional e também não divulgou instrumentos financeiros com opção de venda nos dois anos pesquisados, fato que vai de encontro ao conceito de redução da assimetria da informação, que é um dos objetivos das empresas de capital aberto.

De um modo geral as empresas atenderam ao solicitado pelo CPC 26, houve aderência à norma, o que não foi divulgado nas notas explicativas, certamente estará nas demonstrações financeiras da companhia.

Percebe-se uma adesão crescente das empresas ao pronunciamento contábil, e ao mesmo tempo algumas reticências no que tange à divulgação de valores contábeis e informações adicionais. Depreende-se que a experiência das empresas com a evidenciação financeira recomendada pelas IFRS tem sido positiva, pois mais informação tem sido socializada em prol dos usuários e da sociedade.

REFERENCIAS

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COSTA JUNIOR, J. V. da; Uma Avaliação do Nível de Evidenciação das Companhias Abertas no Brasil no Tocante aos Instrumentos Financeiros. **Revista Contabilidade & Finanças**. USP. São Paulo. n. 32, p. 23-39, maio/ago. 2003.

FONTELES, I. V.; SOARES DO NASCIMENTO, C. P. PONTE, V. M. R.; REBOUÇAS, S. M. D. P. Determinantes da Evidenciação de Provisões e Contingências pelas Companhias Listadas na BM&F BOVESPA. **Revista Gestão Organizacional**. v. 6, n. 4, p. 85-98, set/dez 2013.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. 175 p.

LUCENA, W. G. L; FERNANDES, M. S. A. M; FRANÇA, J. A. de; CAPELLETTO, L. R., Estudo do Nível de Evidenciação do Impairment Pelos Bancos Brasileiros: Uma Aplicação da Análise do Conteúdo com Base nas Notas Explicativas. **Revista Contabilidade e Auditoria**, Curitiba, v.1, n .1, p.50-60, jan. /abr. 2009.

MAIA H. A.; FORMIGONI H.; SILVA, A. A. da; Empresas de Auditoria e o Compliance com o Nível de Evidenciação Obrigatório Durante o Processo de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Negócios**. São Paulo. v. 14, n. 44, p. 335-352, jul/set 2012.

MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. Governança Corporativa: Nível de Evidenciação das Informações e sua Relação com a Volatilidade das Ações do IBM&F BOVESPA. **Revista Contabilidade & Finanças**. USP. São Paulo. Edição Comemorativa. p. 65-79, set.2006.

MOURA, G. D de; VARELA, P. S. Análise das Informações Divulgadas Sobre Ativos Intangíveis em Empresas Listadas na BM&F BOVESPA. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**. Unoesc. 13, n. 12, p. 637-662.

PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C.; MOURA, H; ALMEIDA DO CARMO, R. C. de. Análise das Práticas de Evidenciação de Informações Obrigatórias, Não obrigatórias e Avançadas nas Demonstrações Contábeis das Sociedades Anônimas no Brasil: Um Estudo

Comparativo dos Exercícios de 2002 e 2005. **Revista Contabilidade & Finanças**. USP. São Paulo. v.18, n. 45, p.50-62, set/dez. 2007.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

SOUZA, M. M.; BORBA, J. A.; ZANDONAI, F. Evidenciação da Perda no Valor Recuperável de Ativos nas Demonstrações Contábeis: uma Verificação nas Empresas de Capital Aberto Brasileiras. **Revista Contabilidade Vista e Revista**. UFMG. Belo Horizonte. v. 22, n. 02, p. 67-91, abr./jun. 2011.